



PARECER PRÉVIO Nº 28/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11234/2017.

Apensos: Processo nº 14875/2016, 10513/2017 e 11455/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Silves.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Franrossi de Oliveira Lira (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Luciene Helena da Silva Dias - OAB/AM 4697.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3024/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Silves. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas Anuais da Prefeitura Municipal de Silves, referente ao exercício de 2016 (U.G: 1114), de responsabilidade do Senhor **Franrossi de Oliveira Lira**, Prefeito Municipal de Silves e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº 09/1997.

Vencido o voto-destaque, proferido em sessão, do Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes, que acompanhou o Ministério Público de Contas pela desaprovação das contas.



PARECER PRÉVIO Nº 28/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 14 de junho de 2022.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 28/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 28/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11234/2017.

Apenso: Processo nº 14875/2016, 10513/2017 e 11455/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Silves.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Franrossi de Oliveira Lira (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Luciene Helena da Silva Dias - OAB/AM 4697.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3024/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Silves. Exercício de 2016.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Determinar** o encaminhamento deste Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Silves, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas;
- 10.2. Determinar** à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às **Contas de Gestão** mencionadas nos itens de **01 a 52 da DICAMI**, listados na fundamentação do Voto.
- 10.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Silves e à Prefeitura Municipal.



ACÓRDÃO Nº 28/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 28/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

- 11- **Ata:** 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 14 de junho de 2022.
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
14- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral